

A18452

PMVV recomeçará urbanização

A Prefeitura de Vila Velha divulga hoje a data de reinício das obras na área de 527 mil metros quadrados no Vale do Amanhecer, próxima à Barra do Jucu, invadida por 308 famílias no dia 15 de setembro último. A firma contratada, Ergo, entregará até o final da tarde o relatório dos prejuízos provocados pela invasão dos 308 embriões construídos no local. A área é destinada ao assentamento de 2.200 famílias dentro do projeto de Lotes Urbanizados do Governo Federal, viabilizado através de convênio firmado entre a PMVV e o Ministério da Ação Social.

As famílias que foram despejadas na última terça-feira permanecem acampadas na rua de acesso ao loteamento na expectativa de que a Prefeitura volte atrás na sua decisão.

Há três meses a Prefeitura, junto com a Sociedade Habitacional de Vila Velha — criada no ano passado para possibilitar a urbanização dos lotes —, enviou ofício ao Ministério da Ação Social solicitando suplementação de verba para a continuidade das obras.

De acordo com o presidente da sociedade, Reginaldo de Almeida — que não soube precisar a quantia solicitada —, os serviços de aterro e instalação de fossas sépticas serão executados mesmo sem o envio dos recursos. A primeira parcela repassada pelo Governo federal, da ordem de Cr\$ 7,9 milhões, só foi suficiente para a construção de 308 embriões, já que parte da verba foi utilizada para o aterro da área, o que

ocasionou um atraso de três meses nos trabalhos.

Acampamento

Num acampamento improvisado na rua de acesso ao loteamento, as famílias despejadas continuam mantendo a esperança de que a Prefeitura de Vila Velha permitirá que elas retornem às casas que construíram durante a ocupação. Amontoadas nas cabanas construídas com ripas e plástico e sobrevivendo em condições subumanas, elas afirmam que não desistirão de lutar “pelo direito de moradia”.

O presidente da Sociedade Habitacional de Vila Velha, Reginaldo de Almeida, entretanto, disse que aquelas famílias terão de passar pela triagem a ser feita pela Secretaria Municipal de Ação Social nos próximos trinta dias. Uma equipe de assistentes sociais estará visitando todas as famílias cadastradas nos movimentos de moradia e na própria secretaria, avaliando as condições sócio-econômicas de cada uma delas. “O critério principal a ser analisado será a renda familiar. Aquelas famílias que tiverem menor renda terão prioridade”, afirmou Almeida, frisando que o tempo de registro do cadastro de cada família também será levado em conta.

“O déficit habitacional de Vila Velha é de mais de 40 mil famílias e todos os cadastrados serão avaliados da mesma forma”, assinalou Almeida, garantindo que a Prefeitura não adotará uma postura de represália diante das famílias que ocuparam o loteamento.